

ATA SEI



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE CMSB - CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

A Presidência do CMSB Conselho Municipal de Saneamento Básico, faz saber: O CMSB constitui colegiado autônomo, de caráter deliberativo na gestão do Fundo Municipal de Saneamento Básico e consultivo nas demais hipóteses da Política Municipal de Saneamento Básico de Joinville ([Lei Complementar N° 396, de 19 de dezembro de 2013](#)), organizado para cumprimento de sua competência legal, conforme Regimento Interno ([Resolução CMSB N° 01/2018](#), e [Resolução CMSB N° 01/2020](#)), com suas atualizações.

Ata da Reunião Ordinária do CMSB - Conselho Municipal de Saneamento Básico, realizada em 20/02/2024.

No vigésimo dia do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas, reuniu-se o Conselho Municipal de Saneamento Básico em sessão plenária presencial, realizada no Auditório da SAMA Secretaria de Meio Ambiente, localizado na Rua Dr. João Colin, 2.719 - Joinville/SC. [Estiveram Presentes os Conselheiros\(as\)](#), mandato de 01/02/2024 à 31/01/2026, conforme [Decreto N° 58.204, de 15 de janeiro de 2024](#), e suas alterações: Fábio João Jovita, Presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico; José Mário Gomes Ribeiro, do CHBB; Jonas de Medeiros, do Rotary; Cristina Henning da Costa, da SES; Emerson Siqueira, do Sinduscon; Karoline Pignat Cappeleri, da Ambiental; Marcele Figueiredo Andrade de Luca, da SAP; Thiago Alberto Amorim, da AJECI; Luisa Helena Jordan, do OBS; Josué Refatti, da SEPUR, e Magda Cristina Villanueva Franco, da SAMA. Demais participantes e ouvintes também se fizeram presentes, mencionando: José Augusto de Souza Neto, Secretário do CMSB; Fernando Rõnman, da ARIS; Dênis Costa, da ARIS, e Willian Jucélio Goetten, da ARIS. A reunião teve como Pautas: **1) Aprovação Ata Reunião realizada em 01/11/2023; 1.1) Eleição/ Recondução Vice-Presidência; 1.2) Regimento Interno (atualização); 2) PMSB Plano Municipal Saneamento Básico (status), SAP; 3) ARIS Relatório de Atividades Regulatórias em Joinville (2023); 4) Sugestão de Pauta e Palavra Livre; 4.1) Câmara Técnica Especial - Áreas de Interesse Especial para Proteção de Mananciais e Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental.** **Pauta 1) Aprovação Ata Reunião realizada em 01/11/2023:** O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita questiona se todos os Conselheiros receberam a Ata encaminhada, e se haviam quaisquer contribuições ou manifestações. Não ocorrendo manifestações ou demais considerações foi colocada em votação a Ata da Reunião Plenária do dia 01/11/2023, sendo então aprovada por unanimidade de votos dos Conselheiros. **Pauta 1.1) Eleição/ Recondução Vice-Presidência:** O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita relembra aos Conselheiros que, atualmente, a vice-presidência do Conselho é ocupada pela Conselheira Leticia Panaro Lunardi, da ACIJ, que não conseguiu comparecer a presente reunião em razão de compromissos de trabalho

e, por esse motivo, informou que a eleição ou recondução da vice-presidência seria adiada para a próxima reunião, uma vez que seria necessário que a Conselheira estivesse presente para manifestar sua vontade de continuar no cargo ou não. Da mesa forma, a **Pauta 1.2) Regimento Interno (atualização)** seria adiada pois, para que se possa trabalhar na atualização do Regimento Interno, é necessário que a base estrutural da Gestão do Conselho esteja consolidada para dar condução aos trabalhos. O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita questionou se algum dos Conselheiros possuía alguma objeção. O Conselheiro Jonas de Medeiros, do Rotary questiona qual o prazo definido para a vigência da Vice-Presidência, no que o Secretário do Conselho, José Neto informa que a vigência do cargo é de dois anos, podendo ocorrer reeleição para mais dois anos. O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita dá boas vindas à nova Conselheira pela Ambiental, Karoline, e cede a palavra para que a Conselheira possa se apresentar aos demais Conselheiros. A Conselheira Karoline cumprimenta a todos, informando que é Gerente na Unidade de Limpeza Urbana e Coleta de Lixo da Ambiental, se colocando a disposição para contribuir com o que for necessário para as discussões e ações do Conselho. Sem mais manifestações, o Presidente do Conselho, Fábio João Jovita encerra a pauta, passando para o próximo item. **Pauta 2) PMSB Plano Municipal Saneamento Básico (status), SAP:** O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita cede a palavra para a Conselheira Marcele Figueiredo Andrade de Luca, da SAP, que cumprimenta a todos os demais Conselheiros e Visitantes, iniciando sua fala informando que já foram finalizadas duas das sete etapas do Plano, e já finalizando a etapa três, faltando apenas a entrega do produto 13, comentando também que houve baixa participação social na audiência pública realizada em Dezembro de 2023, e que ainda haverá em Abril uma nova rodada de Oficinas Setoriais. A Conselheira Marcele informa que os próximos produtos a serem entregues serão os produtos 16 e 17 da etapa 4, ressaltando que, embora ainda existam muitas etapas até a finalização do Plano, o contrato com a empresa responsável já está chegando ao fim, e que os outros produtos serão entregues em períodos muito próximos, e serão finalizados em breve. Com relação aos próximos passos, a Conselheira Marcele informa que serão definidos a Hierarquização e o Plano de Ação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB); ocorrerá também a 3ª Rodada de Oficinas Setoriais; a definição de Indicadores para Monitoramento do Plano; a elaboração de Guias Técnicos de Drenagem de Resíduos, com critérios para dimensionamento de projetos; a Consolidação do PMSB, e, ao fim, a realização de uma Audiência Pública Final, informando que no cronograma estava previsto que o PMSB estivesse pronto até Maio de 2024, contudo, será necessário adiar a entrega da versão final em 3 ou 4 meses para que se finalizem os produtos e seja realizada a Audiência Pública Final dentro do prazo mínimo para divulgação prévia. A Conselheira Marcele comenta que não irá apresentar os dados dos diagnósticos pois esses já foram apresentados tanto em Consulta Pública quanto em Audiência, além de já ter sido apresentado em uma reunião anterior do Conselho pelos representantes da empresa, informando que o material completo está disponibilizado no site da Prefeitura em <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2023/09/Relatorio-Sintese-do-Diagnostico-do-Saneamento-Basico.pdf> e, dito isso, encerra sua fala, se colocando a disposição para responder eventuais questionamentos dos Conselheiros. Sem mais manifestações, o Presidente do Conselho, Fábio João Jovita declara encerrada a pauta, passando para o próximo item. **Pauta 3) ARIS Relatório de Atividades Regulatórias em Joinville (2023):** O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita cede a palavra para o Engenheiro Ambiental e Sanitarista, e Coordenador de Fiscalização da ARIS, Willian Goetten, que cumprimenta o Presidente do Conselho e os Conselheiros, e inicia sua fala informando que a ARIS é uma Agência Reguladora que funciona como uma autarquia municipal, pois é um consórcio de municípios do qual 209 municípios, incluindo Joinville, fazem parte, informando que a ARIS foi criada no ano de 2009 enquanto o ingresso do município de Joinville ao Consórcio se deu no ano de 2017, atuando como regulador de serviços de saneamento básico. Além da CAJ, a empresa regula também Companhias estaduais, como a Companhia Catarinense de Água e Saneamento (CASAN) e a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) e demais empresas privadas que atuam no setor em Santa Catarina, entre outros, incluindo pequenos municípios que não possuem essas estruturas formalizadas, com associações comunitárias delegadas pelos municípios. Willian apresenta um mapa da área de abrangência e atuação no estado de Santa Catarina, comentando que, para facilitar essa atuação, a ARIS possui escritórios descentralizados com equipes técnicas locais, compostas de pelo menos um Engenheiro Sanitarista atuando no dia a dia e acompanhando as fiscalizações e demandas pontuais, principalmente demandas de ouvidorias, apresentando em seguida os escritórios regionais presentes no Estado, sendo localizados em Maravilha (AMERIOS); Chapecó (AMOSC); Videira (AMARP); Rio do Sul (AMAVI); Lages (AMURES); Joinville (AMUNESC), e a sua sede em Florianópolis, comentando que a ARIS possui uma parceria muito forte com associações municipais, com seus escritórios sendo alocados junto a essas Associações. Willian informa que, como Consórcio, o ponto máximo decisório da Agência é a Assembleia Geral de Prefeitos, na qual são discutidos os planos de trabalho, aprovação de contas e as

diretrizes gerais que a ARIS deve seguir, informando que a empresa possui também uma equipe de superiores formada pelo Diretor Geral, Diretor de Regulação e Diretor de Administração, bem como Coordenações para áreas específicas e profissionais capacitados, como engenheiros e economistas concursados e que atuam no dia a dia em funções técnicas e operacionais. Willian informa que a Agência possui seu próprio site com suas informações, além de todos os aspectos de transparência e publicações realizadas nos diários dos municípios, além de todo o trabalho técnico e operacional, como os relatórios e pareceres, além dos canais de comunicação disponíveis, sendo o principal a ouvidoria. Willian informa que o município de Joinville passou a ser regulado pela ARIS a partir da promulgação da Lei Municipal nº 8.418 de 4 de julho de 2017, além do Contrato de Programa nº 219/2017 entre a Prefeitura Municipal e a ARIS, que é renovado anualmente e que possui, dentre outras cláusulas, a obrigação de apresentar um relatório anual das ações ao Conselho. Com relação às ações realizadas no município, Willian explica que a Agência possui duas principais funções, sendo a primeira a regulação tarifária, ou seja, realização de análises econômicas e financeiras, da modicidade tarifária seguindo as diretrizes do Marco Regulatório de Saneamento a fim de definir as tarifas pelos serviços da Companhia de Água, de forma que os valores dos serviços prestados não são definidos nem pela Prefeitura e nem pela CAJ, mas sim pela ARIS. A segunda principal função é a fiscalização operacional, garantindo que a prestação de serviços está sendo realizada de maneira adequada, seguindo as normas técnicas e especificações legais tanto em relação à qualidade do serviço quando aos direitos dos usuários de um serviço de qualidade, sendo realizadas pela Agência fiscalizações em campo, análises de documentos, estudos técnicos, análises econômicas e financeiras, análises de planos de investimentos, entre outros. Cabe também a ARIS ser uma incentivadora da prestação do serviço de forma adequada, apoiando a execução de programas com esse objetivo nos municípios regulados, além de a Agência possuir algumas competências e responsabilidades com o projeto acertar, que possui o objetivo de desenvolver metodologias de Auditoria e Certificação de informações do Sistema Nacional de informações sobre Saneamento (SNIS). Willian informa que, pelo previsto no Marco Regulatório, a Agência possui como uma de suas funções a fiscalização do Plano de Saneamento Básico, com a Agência tendo participado de todas as oficinas e audiências realizadas até o momento e, especificamente no município de Joinville, fiscaliza também o Plano Diretor de Água e o Plano Diretor de Esgoto, que estão muito relacionados ao plano de investimentos da CAJ, com a ARIS acompanhando todo o planejamento e estrutura que a Companhia necessita trimestralmente através da análise de documentos enviados pela CAJ e da emissão de pareceres, ressaltando a importância desse acompanhamento para o momento da definição das tarifas. Willian informou que os produtos entregues estão sendo encaminhados e analisados pela Agência, e apresenta em seguida algumas imagens das Oficinas realizadas, nas quais a ARIS se fez presente. Com relação ao Plano de Investimento da CAJ, informa que a Companhia se propõe anualmente a realizar esses investimentos, sendo papel da ARIS acompanhar a execução desses investimentos, uma vez que a tarifa aplicada no ciclo anterior ao atual, no caso o ciclo de 2021, deve condizer com esses investimentos, com a Agência elaborando um relatório no qual é feito um paralelo com o ano anterior, identificando assim se a Companhia está batendo as metas a qual se propõe, apresentando em seguida em destaque dados do ano de 2022, em que havia a previsão da CAJ de que seriam investidos R\$174.506.000,00, com a companhia tendo conseguido executar R\$161.767.000,00 (93% do valor previsto), ressaltando que sempre há uma diferença entre o valor previsto e o valor alcançado. Willian apresentou também os dados referentes ao ano de 2023, em que a Companhia possuía uma previsão de investimentos de R\$236.282.000,00 com execução de R\$158.576.000,00, ressaltando que os dados apresentados referentes ao ano de 2023 ainda estão incompletos, visto que ainda faltam os dados referentes ao quarto trimestre do ano, comentando que esses dados do ano anterior geralmente são fechados alguns meses após o início do novo ano, e que havendo esse fechamento os dados serão encaminhados ao Conselho e, ainda com relação ao plano de investimentos da Companhia, informou que em 2022, o maior volume de investimentos esteve concentrado em obras e serviços de coleta de esgoto e, em 2023, o maior investimento foi em obras de tratamento de esgoto. Com relação às fiscalizações em Joinville, Willian, informando que a Agência também possui como função elaborar relatórios de acompanhamento para identificar situações que necessitem de maior atenção ou regularização da CAJ, com as fiscalizações de campo realizadas sendo programadas, com agendamento prévio junto a Companhia e ao município, e informa que o relatório elaborado para o município de Joinville foi o maior relatório elaborado pela Agência, com quase 400 páginas, ressaltando que os relatórios elaborados são bem diretos, porém, comenta que a ARIS teve o cuidado de visitar muitas unidades que possuíam muitas ouvidorias ou que necessitassem de maior atenção, tendo sido mapeados alguns pontos específicos para se verificar como se dá a prestação do serviço e a qualidade da estrutura. Também são realizadas pela Agência fiscalizações indiretas, que são realizadas por meio da análise documental, informando que, quando em uma fiscalização é encontrado um item não conforme, a Agência

junto a CAJ estabelece um prazo para a devida regularização desse item e, assim que a Companhia regulariza, encaminha um documento informando essa regularização, o documento então é submetido à análise pela ARIS, com Willian informando também que a Agência possui um sistema de informação próprio chamado SISARIS, no qual mensalmente a CAJ encaminha os dados de qualidade de água e os indicadores. Willian informa que a Agência já informatizou grande parte de seus procedimentos, como a fiscalização a campo, por exemplo, que pode ser realizada pelo celular através de um aplicativo desenvolvido especificamente para as fiscalizações da Agência, possuindo todos os itens cadastrados e salvar registros de imagens para, posteriormente, elaborar o relatório, informando também que todos os relatórios produzidos pela equipe da ARIS são enviados a CAJ e ao Município, além de serem disponibilizados para o público no site da Agência. O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita comenta que, pelas imagens, o aplicativo parece ser bem prático, uma vez que obtém a localização do fiscal e já preenche os dados relativos ao endereço possui as constatações previamente cadastradas, necessitando apenas preenche-las, além de preencher os dados do fiscal e tendo a possibilidade de que a ARIS possa acompanhar em tempo real a fiscalização do escritório, e questiona se Willian não poderia acessar o aplicativo ao final da apresentação para mostrar aos Conselheiros como funciona, no que Willian respondeu que sim, e comenta que a empresa que desenvolveu o aplicativo o vendeu para diversos órgãos fiscalizadores em vários locais do país, como corpos de bombeiros, prefeituras, entre outros órgãos. Com relação aos objetivos gerais das fiscalizações, Willian informou que são estes verificar as condições dos instrumentos, máquinas e equipamentos, instalações e procedimentos utilizados pela CAJ; garantir a regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na prestação dos serviços; verificar as condições da prestação dos serviços e do atendimento aos munícipes; identificar os pontos de não conformidade no sistema operacional e na prestação dos serviços; e acompanhar e fiscalizar os investimentos e metas previstas em contrato ou no Plano Municipal de Saneamento Básico, comentando que o olhar para os investimentos deve ser muito criterioso dentro de um aspecto de concessão, uma vez que na concessão, por mais que ainda exista como objetivo a prestação do serviço, a empresa que detém a concessão possui seu próprio interesse, que é a arrecadação, e informa também que a ARIS possui uma equipe que trabalha exclusivamente com fiscalização de investimentos. Willian destacou também os relatórios de fiscalização realizados no ano passado, sendo esses o relatório de operação e manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário de Joinville e o relatório de operação e manutenção do Sistema de Abastecimento de Água de Joinville, além de um relatório que avalia a capacidade das unidades instaladas versus a demanda do sistema, ressaltando a importância desse último, pois, nele são aplicadas de forma teórica no sistema que já está em funcionamento no município premissas de projeto de sistema, a fim de identificar se há déficit ou superávit dentro das premissas de projeto, e reforça que isso não significa que o serviço está sendo mal prestado, é apenas uma análise teórica que serve para identificar situações da chamada “demanda reprimida”, citando, por exemplo, um município em que as pessoas sempre lavam o carro no final de semana, pois raramente falta água. Se comparado a um município em que falta água com mais frequência, os consumidores logicamente não irão lavar seus carros todo o final de semana, esse é um exemplo de demanda reprimida, pois se forem analisados friamente os dados não há falta de água, entretanto, se o consumidor tivesse a segurança de que não faltaria água, ele consumiria mais. Através dessas percepções do Relatório de capacidade versus demanda são identificadas diversas necessidades de investimentos. Willian informa que foram elaborados os relatórios desse ano para o município de Joinville e que, eventualmente, houve déficit nos índices de captação, produção e reservação, comentando que recebeu da CAJ poucos dias antes dessa reunião um relatório técnico apresentando as justificativas para esses déficits e apresentando o plano de investimentos da Companhia, e informa também que o parecer da ARIS já está quase finalizado, e enfatiza a importância dessa troca rápida e efetiva de informações entre a Agência e a Companhia, pois é extremamente benéfico para a prestadora de serviço ter um direcionamento para os seus investimentos. Willian informa que foram elaborados 21 pareceres técnicos no município no ano de 2023, sendo a grande maioria atendimentos de ouvidoria, além de algumas homologações tarifárias, entretanto, ressalta que isso não significa que só chegaram 21 casos a ouvidoria da Agência, mas sim que houve 21 itens que resultaram em uma análise técnica ou no deslocamento de um profissional até o munícipe para avaliar a situação. Com relação à fiscalização direta do sistema de esgotamento sanitário, Willian apresenta algumas imagens da fiscalização e informa que foram analisados 420 itens em 29 unidades vistoriadas, com cerca de 50 itens (12%) tendo sido identificados como não conformes, informando que esses itens não conformes foram incorporados em um plano de ação com prazo de cumprimento encaminhado a Companhia. Já com relação à fiscalização direta do sistema de abastecimento de água, foram monitorados mais de 620 itens em 42 unidades vistoriadas, com cerca de 70 itens (11%) tendo sido identificados como não conformes. Willian informa que analisou todos esses relatórios e enfatiza que nenhum desses itens é emergente ou alarmante, apenas itens pontuais, técnicos e operacionais,

citando como exemplo as ouvidorias referentes a problemas na pavimentação da Rua Angelina, no bairro Itaum, comentando que no dia 07/08/2023 foi realizada uma visita por profissionais da ARIS, que identificaram os problemas na pavimentação, informando que a CAJ comunicou a prestadora do serviço contratada, que regularizou a situação em um curto período de tempo. Com relação às fiscalizações indiretas, Willian comentou que a Agência aplica atualmente duas metodologias, sendo a primeira o acompanhamento da qualidade da água, reforçando que a ARIS não realiza esse acompanhamento com o intuito de se sobrepor a Vigilância Sanitária, e que a os objetivos com os monitoramentos de ambos os órgãos são distintos, com a Vigilância Sanitária focando nos riscos a população e nos problemas de abastecimento, enquanto a Agência analisa a existência de problemas crônicos nos sistemas, como problemas de infraestrutura ou operacionais, por exemplo, identificando problemas técnicos que possam afetar a qualidade da água, com o período de avaliação adotado pela ARIS sendo de sete meses, entretanto, ressalta que, caso haja alguma reclamação pontual, a ARIS atuará em conjunto com a Vigilância Sanitária. Os parâmetros avaliados pela Agência são Turbidez do sistema de distribuição, desinfecção, coliforme total e presença de *escherichia coli*, com Willian informando que, com exceção de um único mês, durante o ano de 2023 esses parâmetros ficaram sempre classificados entre ideal ou ótimo nas análises. A segunda metodologia aplicada pela Agência é a avaliação da capacidade instalada versus a demanda do sistema de abastecimento de água, no qual foram identificados déficits na produção de água tratada e na capacidade de reservação, o que caracteriza a necessidade de investimentos, informando que a CAJ já encaminhou a resposta da análise a ARIS apresentando os investimentos previstos. Com relação ao acompanhamento dos planos de ações, Willian informa que cada fiscalização reflete em um plano de ação para a regularização dos itens, e comenta que a ARIS acompanha por meio de tabelas e indicadores no sistema que apresentam as informações de cada item e os prazos, facilitando na fiscalização por parte da Agência, comentando também que atualmente a Companhia já atendeu 56,6% dos apontamentos encaminhados ao longo dos anos, número esse que era maior no ano anterior, contudo, no ano de 2023 foram encaminhados mais 200 itens, todavia, ressalta que os 43,4% de apontamentos que ainda não foram atendidos ainda estão dentro dos prazos previstos, informando que quando ocorre um vencimento de um prazo a Companhia é notificada para apresentar uma justificativa. Willian informa que, atualmente, há um total de 288 itens acompanhados pela ARIS, sendo que destes 163 estão concluídos, e outros 125 encontram-se em andamento. Isolando apenas os 157 itens apontados entre os anos de 2018 a 2022, é possível verificar que 135 (86%) desses apontamentos foram concluídos, enquanto 22 (14%) ainda estão em andamento. Isolando apenas os 131 itens apontados no plano de ação do mês de Setembro de 2023, é possível verificar que 28 (21%) já foram concluídos, enquanto 103 (79%) ainda estão em andamento, com Willian reforçando que isso se justifica por serem apontamentos muito recentes, e ressalta que, devido ao curto período de tempo, os números de demandas já resolvidas está bem alto, informando também que a maioria das demandas apresentam prazos entre um ano e meio e um ano e oito meses para solução. Com relação à regulação econômica, Willian informou que foram emitidas, no ano de 2023, uma Deliberação e Cinco decisões pela ARIS. Willian comenta que a Deliberação emitida dispõe sobre a autorização para reajuste das tarifas dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, informando também que anualmente os prestadores reajustam seus preços de acordo com cálculos utilizando os índices previstos para o município, e que uma nova Deliberação sobre reajuste de tarifas para o ano de 2024 já foi aprovada. Willian cita uma Deliberação aprovada envolvia as discussões sobre o chamado “Fator K1”, que envolve tarifas para estabelecimentos comerciais e industriais que produzem esgoto não doméstico, informando que essa cobrança já estava regulada há dois anos, com uma nova Deliberação recente apenas pare readequação dos valores dessa cobrança. Willian relembra que no ano de 2023, o reajuste aplicado nas tarifas de água foi de 5,78%, enquanto o reajuste aplicado em janeiro de 2024 foi de 4,62%, informando que as Deliberações sobre reajustes sempre são aprovadas sempre no mês de janeiro do ano vigente, e que a Companhia não pode aplicar os reajustes sem a homologação por parte da Agência. Willian apresenta a tabela de reajustes do Fator K1, informando que os imóveis categorizados como residenciais, entidades públicas ou beneficentes pagam apenas 1% de tarifa sobre K1, enquanto imóveis categorizados como comércio e indústrias possuem tarifas diferentes de acordo com o tipo de efluente produzido, como por exemplo, hotéis, restaurantes, salões de beleza, etc. Com relação as Decisões emitidas, Willian explicou que foram relacionadas a modificações de serviços e inclusões de serviços na tabela de serviços prestados pela CAJ, reiterando que sempre que a Companhia quiser realizar qualquer alteração ou adição a sua tabela de serviços deve apresentar e protocolar essa solicitação na ARIS, de forma que a Agência realize todas as análises necessárias para garantir a melhor prestação de serviços ao munícipe e, se tudo estiver em ordem, homologar as alterações possam ser aplicadas pela Companhia. Willian também comentou sobre as alterações na tabela de sanções, informando que se houver um descumprimento por parte do usuário de alguma normativa determinada no contrato ele será

multado. As sanções estão previstas em uma tabela e, tal quais os serviços prestados pela Companhia, as sanções e os valores das multas só podem ser alterados mediante protocolo solicitando análise e homologação por parte da Agência. Com relação à Revisão Tarifária, Willian comenta que a última foi realizada por meio da Deliberação nº 029/2021, que, dentre outras mudanças, estabeleceu a tarifa fixa em virtude da disponibilidade dos serviços de abastecimento e esgotamento, além da tarifa variável cobrada por metro cúbico de água consumido, ressaltando que as revisões tarifárias ocorrem a cada cinco anos, com a próxima programada para ocorrer em 2026, com as novas tarifas sendo calculadas através das análises do ciclo da tarifa anterior (2021-2026) e os investimentos necessários para o próximo ciclo de investimentos. Com relação à ouvidoria da ARIS, Willian informou que por meio dela que os consumidores podem realizar suas reclamações, denúncias, sugestões, consultas ou elogios relacionados aos serviços de saneamento prestados pela Companhia, e ressalta que a ouvidoria da Agência difere da ouvidoria da CAJ, uma vez que a ARIS não possui a competência executiva e não pode regularizar a situação, contudo, quando necessário, irá notificar a Companhia para que essa regularize a situação, reiterando que o primeiro meio de comunicação que o consumidor deve buscar é a ouvidoria da CAJ e, caso o consumidor não se sinta atendido pela prestadora de serviços, devem entrar em contato com a ouvidoria da Agência, tanto para questões da prestação dos serviços quanto reclamações de cobranças indevidas. As solicitações podem ser recebidas pela ouvidoria da ARIS de duas formas, ou através do site da Agência (www.aris.sc.gov.br), ou através do telefone (0800 648-9191), com Willian informando que, havendo a consolidação dessa reclamação, o ouvidor abre uma manifestação, comentando que no ano de 2023 foram recebidas 121 manifestações, sendo 112 relacionadas ao sistema de abastecimento de água e nove manifestações referentes ao sistema de esgotamento sanitário, com taxa de resolução de 97% desses itens, ressaltando também que 51% das manifestações foram recebidas pelo telefone da ouvidoria da ARIS, enquanto 49% foram cadastradas no site da Agência. Willian apresentou em seguida dados referentes aos assuntos das manifestações, indicando que 19 manifestações envolviam ruas e passeios; 17 sobre baixa pressão; 15 sobre fatura de água; 14 sobre atendimento de serviços de água; 12 sobre vazamento de água interno na propriedade do usuário; 6 sobre infrações, e cinco sobre corte no abastecimento, bem como apresenta os percentuais do total que cada assunto representa. Willian apresenta também um gráfico com os dados da evolução das manifestações a cada mês do ano de 2023, informando que o mês de janeiro foi o em que mais houve manifestações, seguido de fevereiro e junho, com dezembro tendo sido o mês com menor incidência de reclamações. Willian informa que a Agência também acompanha as manifestações recebidas pela CAJ, e comentou que a Companhia realizou o atendimento de 1.945 demandas no período de 01/01/2023 a 31/12/2024 e dessas, desdobraram 121 manifestações à ARIS, o que representa 6,22% do total, e comenta que as demandas recebidas pela Agência geralmente envolvem problemas com o serviço que já perduram a um certo tempo e que o consumidor tenta resolver diretamente com a Companhia e não obtém resultado, informando que, quando necessário, a ARIS manda um técnico para verificar a situação e comunicar a CAJ. Willian ressalta que a Companhia tem a obrigação de informar aos municípios de toda e qualquer intervenção nos serviços prestados, comentando também que, quanto maior o número de comunicados emitidos pela prestadora de serviços, maior a transparência técnica por parte da Companhia, informando que a CAJ emitiu 445 comunicados durante o ano de 2023, sendo 176 referentes ao rompimento de rede; 131 referentes a interrupção programada; 97 referentes a emergências operacionais; 32 referentes ao abastecimento de água; duas referentes a alagamentos ou enchentes; quatro referentes a obras de ampliação ou melhoria; uma referente a excesso de consumo; uma referente a bombeamento de água, e uma referente a rede de energia, informando que esses comunicados são disponibilizados no site da ARIS também. Willian informa que a Agência também realiza a avaliação de vários indicadores e compara com os dados do ano anterior, identificando se a prestação dos serviços avançou, estagnou ou foi menos eficiente, informando que, na última avaliação, o município de Joinville apresentou redução em dois indicadores, sendo o primeiro o índice de atendimento urbano de água, que em 2022 era de 99,27% e no ano de 2023 passou a ser de 99,13%, comentando que esse tipo de diminuição pequena é natural, e depende da base de dados e do crescimento do município. O segundo indicador a reduzir foi índice de despesa média anual por empregado, pois recentemente a Companhia realizou um concurso público e preencheu várias vagas que possuíam demanda, o que ocasionou maior onerosidade na folha de pagamento. Com relação aos demais indicadores, Willian informa que alguns mantiveram seus índices, enquanto muitos avançaram, citando como exemplo o índice de atendimento urbano de esgoto, que aumentou 2% no último ano e o índice de perdas, que diminuiu de 41% para 37% em 2023, comentando a dificuldade de diminuir os números de perdas, além de que, quando se atinge 35% de perdas, começa a ser inviável investir recursos para diminuir ainda mais esse índice, uma vez que os gastos em melhorias passam a não compensar o aumento de eficiência do sistema, e comenta ainda que a CAJ foi a primeira Companhia do estado a criar um escritório exclusivamente para tratar de eficiência e perdas. Com

relação às resoluções normativas, Willian informou que a ARIS publicou no ano de 2023 a Resolução nº 38, que atualizou alguns artigos da Resolução nº 19 sobre condições gerais de prestação de serviços, comentando que a resolução nº 19 será atualizada novamente, uma vez que as prestações de serviço e as inovações tecnológicas mudam de forma muito dinâmica, o que gera a necessidade da Agência atualizar algumas de suas resoluções com maior frequência para garantir uma prestação de serviços eficiente aos municípios. Willian cita também alguns projetos dos quais a ARIS e a CAJ participam, como a 5ª edição do “Exercício Guardião Cibernético”, em que ambas as entidades participaram e conjunto com outras prestadoras de serviços de saneamento, juntamente com mais de 500 civis e militares e cerca de 111 organizações do exército simulando situações de defesa a ataques virtuais, comentando que as agências reguladoras convidadas para o evento podiam levar apenas uma prestadora, com a ARIS tendo convidado a CAJ para participar do exercício. Willian comentou também que a Agência acompanhou desde o início o “Programa Águas para Sempre”, informando que a ARIS orientou a Companhia em alguns pontos e vem acompanhando os resultados do programa, reforçando como essa é uma iniciativa bastante positiva da gestão pública. Como último ponto, Willian reiterou que a ARIS dará continuidade as atividades de regulação e fiscalização que já estão sendo desenvolvidas junto à CAJ, ou seja, todos os serviços apresentados ao Conselho, que são realizados pela Agência todos os anos, bem como uma nova auditoria dos dados de indicadores da Companhia. Willian encerra sua apresentação, agradecendo aos Conselheiros, informando que já disponibilizou a apresentação ao Secretário do Conselho, José Neto caso algum Conselheiro queira analisar novamente os dados apresentados e, dito isso, agradece a todos pela atenção e se coloca a disposição para responder eventuais questionamentos. O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita parabeniza toda a equipe da ARIS pelo trabalho, e, como os relatórios da Agência foram finalizados antes de o “Programa Esgoto Legal” ser concretizado, faz um adendo e informa que o programa é uma parceria entre a SAMA e a CAJ, na qual a Companhia, financiada pelo Fundo Municipal de Meio Ambiente, realiza a ligação das residências de famílias carentes a rede de esgoto, e reforça que essa ação não envolve apenas a ampliação da cobertura da rede e o atendimento do Marco de Saneamento como também é uma ação ambiental, uma vez que, se o município não efetua a ligação à rede de esgoto ele muito provavelmente acaba jogando esses dejetos em rios, o que gera poluição, e ressalta que dessa forma não são somente as famílias contempladas pelo programa que são beneficiadas por ele, mas sim a sociedade joinvillense como um todo. Sem mais manifestações, o Presidente do Conselho, Fábio João Jovita encerra a presente pauta, passando para a **Pauta 4) Sugestão de Pauta e Palavra Livre. 4.1) Câmara Técnica Especial - Áreas de Interesse Especial para Proteção de Mananciais e Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental:** O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita relembra aos Conselheiros do acidente ocorrido na APA – Serra Dona Francisca no dia 29/01/2024, em que o motorista de um caminhão transportando uma carga de ácido sulfônico perdeu o controle do veículo em uma curva na estrada da serra e, em decorrência disso, a carga do produto acabou caindo no Rio Seco, que deságua no Rio Cubatão, o que acabou interrompendo os serviços de coleta, tratamento e abastecimento de água da ETA Cubatão no período de 24 horas, informando que o Prefeito rapidamente montou um Comitê de Crise e que vários órgãos da administração pública se uniram para realizar ações conjuntas para lidar com a situação, ressaltando que medidas emergenciais precisaram ser tomadas nesse período. O Presidente do Conselho comenta que a CAJ começou a analisar a qualidade da água desde o momento em que tomou conhecimento do acidente, repetindo as análises a cada meia hora, além de monitorar o avanço do produto pelo Rio Cubatão e interromper o sistema de coleta da ETA Cubatão, garantindo a segurança de que a água dos reservatórios e da rede do município poderia ser consumida pela população. Após 24 horas de monitoramento e repetidas análises, a Companhia concluiu que os índices de qualidade da água haviam voltado aos padrões e que a água já estava própria para o consumo, reativando em seguida o sistema de captação da ETA Cubatão. O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita informa que, após o reestabelecimento dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, iniciou-se a etapa de remoção dos galões e limpeza do solo do local do acidente, comentando que esse foi um momento de muita preocupação das equipes envolvidas, uma vez que a região em que o acidente ocorreu é muito íngreme, dificultando o acesso das equipes de segurança e as ações de limpeza da área, e informa também que apenas alguns dias antes da reunião do Conselho, com as fortes chuvas, parte do produto que estava retido no solo acabou caindo novamente no rio, o que fez com que a CAJ interrompesse temporariamente a captação de água mais uma vez. O Presidente do Conselho reforça que, apesar de tudo, o município teve muita sorte de o produto não ser mais forte ou com uma diluição na água muito mais lenta que o ácido sulfônico, pois, dependendo de que produto tivesse caído no rio, à situação poderia ter sido muito pior e o município ainda poderia estar com ETA Cubatão desativada. O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita comenta que, pelo local do acidente ser uma rodovia estadual, a competência fiscalizatória era do IMA, que desde o conhecimento do acidente liderou

as ações fiscalizatórias, buscando informações sobre o produto, a transportadora, de onde a carga estava vindo, para onde ia, entre outras informações, e informa que, da mesma forma, a Polícia Científica se prontificou a realizar a perícia do caminhão, bem como coletar o depoimento do motorista. O Presidente do Conselho informa que a SAMA atua na gestão da Unidade de Conservação (UC) APA – Serra Dona Francisca, bem como no acompanhamento das atividades fiscalizatórias e de contenção, ressaltando a preocupação e o cuidado da Secretaria, uma vez que o seu foco é a preservação do meio ambiente da APA, e reforça que o acidente levantou um alerta sobre a situação da APA e, como forma de tentar impedir que outras situações ocorram ou, pelo menos, mitigar os danos, sugere que seja formada uma Câmara Técnica composta de integrantes dotados de conhecimento técnico a fim de elaborar um documento com proposições técnicas e jurídicas com o objetivo de tornar o transporte de cargas perigosas na APA muito mais seguro, com essas proposições sendo encaminhadas para análise dos órgãos responsáveis, informando que essa Câmara Técnica foi proposta e aprovada na última reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comdema), no dia 07/02/2024, contudo, essa Câmara Técnica deverá ser composta por quatro entidades de cada um dos três Conselhos afetados pela situação da APA, sendo esses o Comdema, o CMSB e o Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, totalizando 12 entidades que já foram determinadas pela SAMA e que ainda serão convocadas, todavia, reforça que outras pessoas que tenham interesse em compartilhar seu conhecimento técnico e sugerir ideias poderão participar das reuniões, e informa também que, após a convocação das entidades, será marcada a primeira reunião da Câmara Técnica Conjunta (CTC) na qual serão eleitos o Presidente da CTC e definido o calendário das demais reuniões, já definindo a data para a última reunião e o fim da CTC, que terá um caráter temporário e durará apenas até a finalização e encaminhamento das proposições. Sem mais manifestações, o Presidente do Conselho, Fábio João Jovita coloca em votação a criação de uma Câmara Técnica Conjunta, conduzida pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMDEMA), envolvendo também o Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) e o Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, os quais definirão o calendário de reuniões e a divisão dos eixos a serem trabalhados com o objetivo de que seja elaborada uma Proposição Técnica com os fundamentos resultantes dos trabalhos da Câmara e referendados pelos Conselhos envolvidos, sendo posteriormente encaminhados aos Órgãos Competentes pelas execuções das medidas mitigatórias, com o fim de evitar desastres ambientais em áreas de mananciais, tendo sido Aprovada por unanimidade de votos dos Conselheiros. Sem mais manifestações ou contribuições, o Presidente do Conselho, Fábio João Jovita agradece a presença de todos declarando encerrada a reunião plenária às 15:41, sendo extraída a presente Ata, a qual foi lavrada pela Secretaria do Conselho e assinada pelo Presidente do CMSB, Fábio João Jovita, após aprovação dos demais Conselheiros .

Fábio João Jovita

Presidente do CMSB - Conselho Municipal de Saneamento Básico

João Victor Galvan

José Augusto de Souza Neto

SAMA - Unidade de Apoio aos Conselhos

*Ata Assinada pela Secretaria do Conselho

**A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)



Documento assinado eletronicamente por **Jose Augusto de Souza Neto**, **Coordenador(a)**, em 15/05/2024, às 08:58, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0019801449** e o código CRC **A0D406A2**.

